

Se decretar moratória da dívida externa é atrasar o pagamento dos juros, sem acordo prévio, o Brasil está nessa moratória unilateral há exatamente dois anos. O tolerante Clube de Paris que o diga. Os 16 governos credores do Brasil, membros desse clube fictício, mas fórum do que clube, acumularam um calote verde-amarelo de US\$ 4,1 bilhões, de janeiro de 1985 a dezembro de 1986. No mês passado, numa glacial madrugada parisiense, o Brasil descolou um acordo supimpa, pelo qual o governo Sarney não vai pagar coisa alguma desses atrasados, deixando o compromisso para o ilustre sucessor, a partir de 1990.

Semana que vem, em Nova Iorque, vamos tentar repetir a façanha junto ao bloco dos 614 bancos credores dos Estados Unidos, Europa Ocidental, Oriente Médio e Japão. A ordem palaciana é a de suspensão negociada das remessas de juros em março, abril e maio, anunciada oficialmente anteontem.

De chapéu na mão

Uma iniciativa sem alternativa. Neste primeiro semestre, estamos no mais baixo nível da capacidade pagadora do Brasil, desde o colapso da «debt crisis» de 1982. Justamente neste pedaço estão concentrados os pagamentos mais pesados do ano: US\$ 4,8 bilhões de juros e US\$ 2,3 bilhões de amortizações do principal.

Na ponta do lápis, o quadro é de inadimplência técnica. Contra o desencanaie programado de US\$ 7,1 bilhões, até junho, temos condição de pagar, no máximo, US\$ 5,5 bilhões. Ainda assim, com a queima do último dólar ou do último grama de ouro das estoicas reservas do Banco Central, «cacife» da soberania nacional. As reservas estão oficialmente estimadas em US\$ 3,5 bilhões. Ou bem menos, nos cochichos do elevador.

Pela «práxis» bancária, que não admite nenhum credor com reservas zeradas, o Brasil só poderia pagar um mínimo de US\$ 2,4 bilhões, exatamente o montante do saldo comercial previsto para o semestre. Ainda assim, com a competente ajuda de um severo controle do fluxo de divisas no comércio e no capital, via centralização do câmbio no Banco Central.

O jeito é rolar

Em resumo: podemos pagar só um terço do que nos está sendo cobrado até junho. Vai daí que o Brasil só honrará seus compromissos em dia se os próprios bancos credores assumirem o «roll-over» dos pagamentos brasileiros. Isso exigiria a injeção de dinheiro novo, vulgo «fresh money», no serviço dilacerado da dívida tupiniquim. No caso, os bancos teriam

de renovar um «papagaio» ituano de US\$ 4,6 bilhões. O Brasil deve pedir um pouco mais: US\$ 5 bilhões. Isso dispensaria a centralização do Câmbio no Banco Central.

De qualquer forma, temos muita tradição e perícia em matéria de «roll-over» da dívida. Até o «feriado bancário» de setembro de 1982, o Brasil jactava-se nos bares do mundo:

«Dívida não se paga., rola-se».

Banco não cede

O Clube de Paris acaba de rolar nossos atrasados juntos aos governos credores. Os governos não costumam prestar contas de seus atos financeiros ou orçamentários aos respectivos contribuintes. Eles desfrutam dessa impunidade contábil, da qual o estado brasileiro tem sido um campeão, desde a construção de Brasília. É fácil fazer acordo de governo para governo. O assunto é político e não técnico.

Difícil é amarrar acordos do gênero com bancos privados, carrancudas sociedades anônimas movidas a lucro, sob severa marcação corpo-a-corpo de acionistas e de poupadores. No caso brasileiro, os bancos querem continuar recebendo em dia, não se mostram inclinados a uma reinjeção de crédito novo, não pensam em refinanciar o principal e rejeitam a proposta de capitalização dos juros. Desde que os bancos foram inventados pelos lobardos, no fim da Idade Média, nenhum banqueiro competente topa botar dinheiro bom sobre dinheiro ruim. Fora da auditoria do FMI — nunca, jamais, em tempo algum.

Hora imprópria

Para a reabertura das negociações, semana que vem, a posição brasileira é tecnicamente frágil: reservas cambiais no osso, sobras comerciais idem.

Sem o monitoramento do FMI e sem uma idéia aproximada do que se passa com o «imbroglio» do Plano Cruzado, os bancos privados não se animam a empurrar qualquer brasa para as sardinhas do Brasil. Claro, os banqueiros acreditam, pessoalmente, nas enormes potencialidades da economia brasileira, no sorriso alvar do «Olheiro» Malcolm Forbes. Mas seus acionistas e poupadores, não. A maioria deles pensa que a capital do Brasil é Buenos Aires e jura que o Rio de Janeiro é a capital de uma país chamado Bahia.

O maior credor individual do Brasil, o Citicorp, lidera o grupo dos «falcões» no tratamento da dívida do Terceiro Mundo, Brasil no meio. Seu presidente, John Reed, vai dar apenas uma colher-de-chá aos brasileiros: financiar, em julho e agosto, os concertos da Filarmônica de Nova Iorque, com Zubin Mehta, em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.